



Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

# ESEG Investigação



N.º 0 | 2.º Semestre | 2004

# **ESEG**

# **INVESTIGAÇÃO**

**Revista Científica**  
**da**  
**Escola Superior de Educação da Guarda**

N.º 0 | 2º Semestre | 2004

**ESEG Investigação**  
Revista Científica da Escola Superior de Educação da Guarda

**Coordenação Editorial**

Director da Escola Superior de Educação da Guarda (ESEG)  
Joaquim Manuel Fernandes Brigas

**Coordenação Científica**

Júlio Pinheiro  
José Luís Lima Garcia

**Coordenação Gráfica**

Gabinete de Publicidade e Expressão Gráfica da ESEG  
Fátima Gonçalves

**Edição**

Escola Superior de Educação da Guarda

**Tipografia**

Marques & Pereira (Guarda)

**N.º de Exemplares**

2000

**1.ª Edição**

N.º0 | 2º Semestre | 2004

**ISSN**

1646-1193

**Depósito Legal**

220917/04

Os artigos são publicados exactamente como foram entregues pelos respectivos autores.  
O próximo número será dedicado a problemas do ensino, da pedagogia e da didáctica.

Este livro, no seu todo ou em parte, não pode ser reproduzido nem transmitido por qualquer forma ou processo - electrónico, mecânico ou fotográfico, incluindo fotocópia, xerocópia ou gravação - sem autorização prévia dos autores.

---

Escola Superior de Educação da Guarda

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 50

6300-559 Guarda

Telefone: 271 220 135

Fax: 271 222 325





## Nota de abertura

*Joaquim Manuel Fernandes Brigas*

Compete às instituições de ensino superior a tarefa de promoverem e divulgarem a investigação, procurando transformar todas as iniciativas em veículos de progresso. O progresso obriga à mudança, a novos desafios e inovações. Mas de nada serviria o trabalho da comunidade académica, se os resultados desse esforço ficassem retidos nos arquivos das instituições. Seriam árvores sem frutos. Daí a razão de ser da ESEG Investigação: dar visibilidade aos trabalhos científicos desenvolvidos na ESEG, não só os trabalhos dos docentes, mas também de todos os especialistas que com ela colaboram. Aliás, incentivar a formação humana, cultural, científica, pedagógica e técnica, e fomentar a realização de actividades de pesquisa e investigação são princípios consagrados nos estatutos da ESEG.

Com a publicação do número zero da primeira revista científica da ESEG pretende-se estimular o desenvolvimento do espírito científico, incentivar o trabalho de pesquisa e investigação, e divulgar conhecimentos científicos e técnicos através de artigos e projectos levados a cabo por esta comunidade. A semente está lançada e os frutos hão-de surgir...

A Escola Superior de Educação da Guarda sairá engrandecida

na razão directa da colaboração que cada um se disponha a prestar a esta iniciativa.

A evolução da sociedade do conhecimento não permite um acomodar face ao conseguido, nem regozijar com os êxitos do presente. Cada avanço exige novos avanços e cada chegada é novo porto de partida.

Esta iniciativa é mais um passo para o trilhar de mais um caminho em direcção à excelência, com a mais ampla colaboração de quem o desejar fazer.

Director da ESEG



## Prefácio

*Júlio Pinheiro*

Pedem-me uma breve apresentação da Revista de Investigação da Escola Superior de Educação da Guarda, que hoje acaba de chegar às mãos do leitor. Respondo ao apelo com uma enorme satisfação pois a revista vem concretizar um anseio muitas vezes manifestado. Sinto por outro lado a realidade das coisas, a dificuldade que há em publicar periodicamente uma revista de valor. Tal realização exige múltiplas competências, variadas tarefas, profundas responsabilidades. Trata-se de um empreendimento que demanda um grande esforço não só económico, mas também humano.

Queremos acentuar desde já que a revista merece todos os sacrifícios por duas razões fundamentais. Em primeiro lugar será muito útil para todos, pois dará a possibilidade de conhecer a investigação de docentes e alunos fazendo que as coisas existam verdadeiramente porque são conhecidas. Por outro lado a revista será um factor privilegiado para estabelecer uma viva comunicação entre pessoas, centros de investigação, escolas superiores e outras organizações.

A revista vai ser documento de vida e testemunho de saber, funcionando como memória de esforços e veículo das relações que

conseguem dar real valor às pessoas e às coisas.

### **Memória e acção**

Há muito tempo que se vinha notando na ESE da Guarda a falta de uma revista que fosse ao mesmo tempo expressão de realidades, testemunho de esforços acumulados abertura de novos horizontes e factor de crescimento. A sua falta poderia levar à perda da memória e quando se perde a memória perde-se a identidade, como a própria palavra diz.

O facto de construir periodicamente uma revista gera forçosamente um crescimento não só quantitativo mas também qualitativo com a convicção profunda de que não crescer é morrer. Apesar da sua juventude, a ESE da Guarda consolida deste modo o presente, preparando o futuro onde a investigação será uma actividade primordial para o progresso do país.

Seria de todo o interesse que a revista fosse especialmente um repositório da investigação realizada sobre as regiões das Beiras naquilo que elas têm de mais específico e duradouro no domínio das tradições culturais e das possibilidades visionadas. Tal facto não impede que na revista se estude também o universal, até porque o verdadeiro regional é o verdadeiro universal.

Trata-se de mais um esforço que é pedido aos docentes desta Escola Superior de educação, assoberbados com aulas e outras tarefas escolares sem deixar de trilhar novos percursos académicos. Há poucos anos entrou na ESE o primeiro doutorado. Hoje os doutores são mais de uma dezena e a maior parte dos docentes tem o mestrado em vários campos do saber.

Acrescente-se a tudo isto a escassez de ajudas, o ensino massificado especialmente em alguns cursos e uma paralisante falta de inovação que



caracteriza todo o ensino superior em Portugal sobretudo depois do século XVI.

### **Criar relações**

Sabemos perfeitamente que um dos factores da existência de revistas de investigação é poder estabelecer relações múltiplas e variadas. Antes de mais esta ligação do saber vai operar-se com outros estabelecimentos de ensino superior através da colaboração de investigadores e troca das respectivas revistas. A revista será também um elo de ligação com os organismos regionais, os agentes administrativos, os responsáveis políticos, as colectividades locais de cultura e desenvolvimento, as organizações de solidariedade. Numa Europa que se quer cultural a revista será um elo de ligação com outros povos do velho continente sem esquecer as nações de língua portuguesa. Para além dos grupos e povos também o indivíduo poderá beneficiar com a leitura da revista ao encontrar nas suas páginas uma expressão das suas preocupações, uma ajuda para resolver certos problemas, um meio de satisfazer anseios de descoberta.

A revista não pretende dar respostas, mas simplesmente interrogar, isto é aprofundar os problemas e abrir clareiras de luz.

Resta acentuar que a revista está aberta a todos os estudiosos que dignamente queiram colaborar, com confiança recíproca e espírito de insatisfação. Para o bom sucesso desta aventura exige-se a todos esperança ofegante, persistência renovada e vontade firme.

Uma coisa é certa. Na execução deste trabalho, na concretização desta aventura nunca faltará o entusiasmo de muitos colaboradores e o apoio incondicional da direcção da ESE da Guarda.



# Classificações dos Centros Históricos das Cidades Património

Mundial

*Ana Morgado*

## Introdução

As cidades surgem como espaços onde emergem novos valores e novos direitos, um dos quais reside na crescente sensibilidade que os agentes de intervenção local manifestam na defesa do ambiente e do património histórico, resultante da qualidade de vida que as populações reivindicam, de forma a procurarem edificar no espaço urbano maior perspectivação crítica em relação aos projectos que se têm vindo a implementar. Esta ideia conduz-nos à grande importância que as cidades assumem, nos contextos político, social, cultural e económico.

A maior competitividade em que vivemos, sobretudo, intensificada num contexto de globalização, permite-nos constatar a relação essencial que se estabelece entre a procura de qualidade urbana e as conquistas que cidades têm conseguido captar. Exemplo disso, é o desejo que os actores políticos e técnicos têm assumido quando procuram diferenciar o seu espaço com a realização de eventos mundiais como a EXPO 98, Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, ou ainda possível através da concretização de eventos nacionais como Coimbra – Capital Nacional da Cultura 2003. O que está em causa é a ideia de implementar no espaço urbano iniciativas políticas, económicas e culturais, justificadas com as potencialidades que as caracterizam, e, ao mesmo tempo, procurar reforçar a sua identidade,

exemplo disso são as classificações Património Mundial da Humanidade. Na opinião de Beatriz Xavier a crescente importância que as cidades têm vindo a alcançar estrutura-se através do “...papel activo na defesa dos seus interesses” (1999: 1).

Globalização económica, regionalismo, migrações internacionais, multiculturalismo, constituição de associações locais, regionais e internacionais intensificaram-se associados a um vasto conjunto de processos políticos, económicos e culturais. Estes processos fazem parte de uma estratégia de acção ecléctica e de uma forma de “luta social”, que “espelha” a identidade que os locais procuram identificar, no contexto global.

No plano teórico, desejamos procurar contextualizar a importância que as Cidades com Centro Histórico Classificado Património Mundial representam com a obtenção de uma classificação *sui generis* como é o Património Mundial. Representará este um movimento social? Como é que tem sido debatido e quais os pressupostos conceptuais e metodológicos de que se revestiam e revestem estas classificações? Como e quando esta dinâmica de classificações Património Mundial chegou a Portugal? O que é o Património Mundial? Representaram as classificações Património Mundial a necessidade de preservação do património associada à ideia de “dar” vida a estes espaços antigos das “nossas” cidades? Assumirão estas classificações um carácter humanista e/ou patrimonialista? Quando é que o interesse pelo passado emerge como valor para as cidades? E, por fim, quais os actores e quais as estratégias utilizadas para a obtenção de uma classificação Património Mundial?

## Metodologia

A metodologia aplicada para o estudo da problemática supra evidenciada resultou na necessidade de se utilizar uma metodologia qualitativa, em articulação com proposições e construções teóricas em relação ao tema proposto. A estratégia de investigação que parece conseguir responder melhor às necessidades deste estudo é a “comparativa-metodológica” (Firmino, 1999). A entrevista exploratória assume, nesta investigação, um lugar central, para o qual foi necessária a aplicação de quatro entrevistas semi-estruturadas a actores chave, a saber: fundador da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico e os técnicos responsáveis pelas candidaturas dos Centros Históricos de Guimarães e do Porto; em Évora, dadas as alterações funcionais a que a Câmara Municipal procedeu, não foi possível entrevistar um técnico responsável pela candidatura, mas, aplicámos a entrevista à responsável pelo Gabinete do Centro Histórico de Évora. Neste estudo, foi ainda imprescindível analisarmos as candidaturas dos Centros Históricos Património Mundial, no sentido de apurarmos as dimensões e estratégias que estas classificações procuravam atingir. Será, então, que a classificação dos Centros Históricos é um processo que termina com a concretização da certificação Património Mundial? Para responder a esta questão foi imprescindível recolher um conjunto de informações estatísticas, conseguidas através de dados não publicados dos censos de 1981, 1991 e 2001 do INE, dados não publicados porque a informação pretendida referia-se somente à área do centro histórico destas cidades.

A recolha e análise de dados permitiu-nos proceder a uma

caracterização do tecido social dos centros históricos portugueses classificados Património Mundial, baseando-nos essencialmente, numa análise histórica e sociológica. Esta estratégia possibilitou-nos alargar o trajecto metodológico a seguir, tornando-se possível a combinação de técnicas de recolha de informação qualitativa e quantitativa.

### **Análise e interpretação dos dados**

Os estudos sobre as cidades têm contribuído para desmistificar uma área de conhecimento complexa, no sentido de problematizar sobre um lugar “...artificial de história no qual cada época – todas as sociedades acabam por se diversificar da que as precedera – tentam, mediante a representação de si própria nos monumentos arquitectónicos, o impossível: assinalar aquele tempo determinado, para além das necessidades e dos motivos contingentes porque os edifícios foram construídos” (Aymonino, 1984: 11). O mesmo autor procura relacionar a cidade com a ideia de memória, passado e, assim, compara a cidade com uma espécie de herança, enaltecendo a beleza da cidade, o seu poder de ser arte.

A cidade é uma organização social que necessita de acção, ela “...não é uma coisa. Ela reconhece-se simultaneamente como real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos” (Fortuna, 1997: 4). A cidade estrutura-se no espaço e no tempo como um sistema de valores que a caracterizam como “...um facto cultural e consciencial ou, se quisermos assim dizer (se não temos medo das palavras) um «facto das almas» (...). Cada cidade é constituída por sistemas de signos complexos, submetidos a uma

metodologia e a uma sintaxe arquitectural, mas também a uma semântica que o urbanismo deve garantir pelo seu próprio dinamismo. A ignorância ou negação do passado mais não é que um sintoma grave da crise semântica no interior da *urbs*” (França, 1996: 39).

A importância pelo passado na construção histórica e sociológica de qualquer cidade implica atribuir ao património um valor social que se reforça com a ideia de preservação, representando esta ideia o “... garante da identidade pessoal, local, nacional e humana, defendendo por isso a permanência das suas dimensões, para que mais tarde seja possível «lembrarmo-nos»” (Meireles, 2001: 21), da cidade como espaço vivo e vivido.

Ruskin propõe, a partir de 1854, a criação de uma organização europeia de protecção, dotada de estruturas financeiras e técnicas adequadas e introduz a noção de «bem europeu». O mesmo autor atribui grande sentido à memória e ao património urbano, criticando a arquitectura moderna.

Camillo-Sitte defende o ambiente das cidades antigas, considerando essencial manter os edifícios antigos, mas limpos e restaurados, aplicando, assim, aquilo que considerava ideal, ou seja, a construção das cidades segundo princípios artísticos. Os estudos de Sitte aproximavam-se das questões levantadas, vinte anos antes, por Viollet-le-Duc, sobre arquitectura isolada.

Acrescenta-se, mais tarde, a ideia de que não é só necessário preservar o património e os tecidos antigos, mas reconhece-se também essencial manter as pessoas que aí habitam, ideia preconizada por Gustavo Giovannoni, ao defender “...que se devem conservar as populações que os habitam, porque é a elas que se deve a criação e vida dos aglomerados que

utilizam” (*idem*, 23). A ideia de conseguir manter as populações que habitam os tecidos urbanos antigos também está presente na Carta de Veneza, em 1964, quando se oficializa a noção de «conservação integrada», procurando conservar os edifícios e manter as populações que aí habitam.

Com Camillo Boito a ideia de restauro é substituída por reabilitação. Este arquitecto italiano afirma-se como defensor do conceito de reabilitação, considerando-a a melhor forma de regenerar e atribuir novos valores de uso ao património. A reabilitação urbana pode ser física, conseguida através da conservação dos imóveis e pode ser funcional, através da dinamização económica e social do tecido em intervenção. Estas duas operações associam-se a duas concepções, a económico-higienista, caracterizada pelas operações de renovação urbana, e a ideológico-monumentalista, conseguida pela «libertação» e reabilitação dos edifícios de excepção.

Joaquim António de Moura Flores contextualiza a aplicação destas concepções em Portugal referindo que “...a económico-higienista encontra-se prevista oficialmente pela Lei n.º 2030, publicada a 22 de Junho de 1948, a qual promovia expropriações e substituições de edifícios, tendo em vista o saneamento de áreas insalubres. As operações monumentalistas eram protagonizadas pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), criada em 1929, que passou a dispor, numa tímida aproximação urbana, de zonas de protecção a monumentos, previstas pelo Decreto-Lei n.º 26611 de 19 de Maio de 1936” (1998: 14).

Em Portugal, no período do Estado Novo, a política do Estado “...pretendia manter, numa perspectiva histórico-monumentalista, tecidos urbanos que fossem relevantes para a ideologia nacionalista do Estado Novo. São disso exemplo as políticas levadas a cabo nos centros históricos de



Évora e Guimarães. Por essa razão ambas as cidades apresentam actualmente um património dos mais bem conservados do país, apoiados que foram também no pós 25 de Abril por políticas sistemáticas de reabilitação” (*idem, ibidem*).

A relevância da aplicação de uma política de reabilitação urbana prendia-se a um conjunto de preocupações sociais, como a melhoria das condições de vida dos residentes, e, ao mesmo tempo, valorizando as especificidades locais. As políticas sistemáticas de reabilitação urbana acentuadas no pós 25 de Abril produziram os seus efeitos com o reconhecimento que Portugal obteve a partir de 1983, alcançado pela classificação de bens culturais com o título de Património Mundial. A crescente importância atribuída ao significado que estas classificações representam encontra-se segundo Choay (1999) associada à ideia do património como alegoria das sociedades actuais.

A Constituição da República Portuguesa de 1976, no artigo 78.º, sublinha o crescente interesse atribuído ao património, no qual estabeleceu juridicamente a expressão património cultural. No entanto, já em 1940 a área patrimonial se assumia como preocupação central, bem presente no Código Administrativo, prevendo a criação de Comissões Municipais de Arte e Arqueologia. Apesar deste interesse sobre a área patrimonial, só depois do 25 de Abril de 1974 a questão patrimonial assume maior entusiasmo, “...surge um maior interesse pela questão patrimonial em vários campos, nalguns casos com um envolvimento excessivo. Com o florescimento das Associações de Defesa do Património, envolvendo-se cada vez mais a sociedade civil” (Esperança, 1997: 173).

A política patrimonial, em Portugal, considera o património

enquanto movimento de preservação, como ideia que advém da Revolução Industrial, própria dum movimento contra a industrialização acarretando a valorização do antigo justificado pela memória do passado e, ao mesmo tempo, representando o propósito de (re)valorização identitária. A estratégia que se prosseguiu consistiu em implementar um conjunto de normativas regulamentadas pelo direito do património. Esta acção contribuiu para a crescente consciencialização da opinião pública em torno da problemática de preservação do património, procurando envolver a sociedade civil. O envolvimento da sociedade civil foi-se constituindo com a criação de associações de defesa do património, de grande relevância, dadas as acções levadas a cabo em projectos de preservação do património. De acordo com um estudo do INE, de 1995, e realizado em Portugal, existiam 3266 associações e 1006019 associados. Das 3266 associações, 628 são associações cuja actividade desenvolvida consiste na defesa do património cultural. É, de acordo com esse estudo, no Norte que se regista maior número de associações e também, maior número de associações de defesa do património cultural. Em ambos os casos é na Região Autónoma dos Açores onde se regista um número menor de associações e, concretamente, também de associações de defesa do património. O que parece estar em causa, aqui, é a mobilização da opinião pública aos efeitos da industrialização, nos espaços de reconhecido valor patrimonial, de modo a evitar perdas significativas, e que segundo Vital Moreira representa “...o apoio financeiro e o reconhecimento de alguns poderes públicos, nestas circunstâncias, o movimento das associações de defesa do património rapidamente ganhou força, prestígio e influência notáveis” (1981: 440-441, citado por Esperança, *op. cit.*: 174).

A crescente sensibilidade para a problemática do património associa-se à regulamentação de procedimentos sobre a preservação do património na Europa e no Mundo. Choay refere a importância da “... activação da legislação francesa, durante muito tempo uma referência, primeiro para a Europa e depois para o resto do mundo, devido à clareza e racionalidade dos seus procedimentos” (1999: 125).

Em Portugal a lei n.º 13/85 de 6 de Julho, e, sobretudo, a mais recente Lei de Bases do Património, lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, constitui-se como peça normativa fulcral, no domínio do património. A necessidade de regulamentação legal sobre a intervenção no património, e a crescente consciencialização dos cidadãos, permitiu também visualizar a preservação do património como direito e dever de qualquer cidadão. Este modelo de cidadania posto em prática nas sociedades contemporâneas (direitos e deveres) consolida-se com a criação de novos direitos, que agora se vêm juntar aos direitos clássicos (civis, políticos e sociais) instituídos nas sociedades modernas, não resulta apenas de movimentos sociais e respectivas lutas, mas da própria «lógica da cidadania» (Barbalet, 1989). A efectividade dos direitos clássicos associados à lógica da cidadania permitiu o alargamento dos valores pós-materialistas, os quais, na opinião de Manuela Reis, “...encontram-se entre nós como testemunhos da história, que para se manterem têm de ser preservados” (1999: 85).

A promoção cultural das cidades reforça a importância dos valores pós-materialistas, associados a estratégias de captação de recursos simbólicos, culturais e económicos, centrados na promoção territorial. As classificações Património Mundial esboçam o significado de uma estratégia de revalorização dos espaços de valor excepcional, que num contexto de

globalização internacionaliza os locais classificados, como uma espécie de rede global que procura objectivos idênticos, e anseia a projecção internacional, desse local. No caso da obtenção de uma classificação deste género, também se promove a competição, e estimulam-se os jogos estratégicos entre cidades ou regiões. Augusto Santos Silva refere a importância que estas acções representam, considerando que o que está em causa é «fazer valer uma cidade», “...potenciar a sua afirmação em contextos geo-políticos mais largos, constitui um objectivo incontornável para quem quiser retirar dividendos quer do ponto de vista simbólico, quer do ponto de vista económico...” (1995: 260).

As classificações dos Centros Históricos Património Mundial podem representar o alcance da tipificação da diferença e do reconhecimento das especificidades locais. Desde 2003 existem 149 Centros Históricos Classificados Património Mundial, concentrando-se a sua maioria na Europa, com 83 centros históricos classificados, seguindo-se com 23 centros históricos classificados a América do Sul, Central e Caraíbas, com 15 centros históricos classificados consta a Ásia e o Pacífico e com outros 15 a América do Norte (inclui Canadá, México e EUA), com 13 centros históricos classificados apresenta-se a África e o Médio Oriente. A obtenção destas classificações foi possível, a partir de 1972, com a Convenção do Património Mundial. A crescente importância na obtenção de uma certificação deste género ocorre num momento de intensificação do processo de globalização que não é uniformizador, “...é acima de tudo um processo de aferição, feito em termos globais, daquilo que é específico e, eventualmente, único a cada contexto particular. O melhor exemplo disto encontramos-lo hoje na certificação, em sede da UNESCO, daquilo que seja o património cultural

da humanidade, que traduz, no fundo, o reconhecimento, com base em critérios globais, daquilo que constitua um exclusivismo local, envolto num forte sentido de pertença à comunidade, a ser preservado em benefício (cultural) de todos” (Fortuna, 1995: 5).

A defesa do património associada à vontade de obter uma classificação património mundial, considerando esta última como recurso ilustrativo da diferença, encontra-se próximo da ideia de que é necessário defender os símbolos e as identidades das cidades. Claro que não se trata de ser dono da cidade mas acima de tudo de procurar valorizá-la, reivindicando para si recursos e formas estratégicas de promoção dos seus espaços. Esta atitude “galopante” reforça-se através, por exemplo, do aumento de Cidades Património Mundial de 1999 para 2003. Em 1999 existiam no mundo 164 Cidades Património Mundial, desde 2003 existem 203 Cidades Património Mundial, tal como visualizamos através do quadro abaixo ilustrado.

	N	%	N	%
	1999	1999	2003	2003
Europa	94	57,3%	109	53,7%
África e Médio Oriente	20	12,2%	27	13,3%
Ásia e Pacífico	17	10,4%	20	9,9%
América do Norte	13	7,9%	11	5,4%
América do Sul, Central e Caraíbas	20	12,2%	36	17,7%
Total	164	100	203	100

Quadro n.º1: Cidades Património Mundial  
 Fonte: Organização das Cidades Património Mundial

A Organização das Cidades Património Mundial constituiu-se em 1993, em Fez (Marrocos), no âmbito da Carta de Fez. Esta organização tem sede na cidade do Quebec, onde se realizou o primeiro colóquio

internacional das Cidades Património Mundial, em Julho de 1991.

No seu conjunto, estas 203 cidades têm uma população que supera os 122 milhões de habitantes.

Em 1979, foram feitas as primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial. A lista conta, em 1 de Julho de 2002, com 730 bens inscritos, localizados em 125 Estados-Parte da Convenção, sendo 563 bens culturais, 144 bens naturais e 23 bens mistos. Um ano mais tarde, a lista conta com 754 bens, sendo 149 bens naturais, 582 bens culturais e 23 bens mistos.

Constatamos uma grande diferença em relação ao número de bens certificados Património Mundial, ou seja, a maioria dos Estados Parte classifica os seus bens com a categoria de Bens Culturais Património Mundial. A estratégia da UNESCO começou por classificar grande parte do património que lhe era proposto, contudo a sua estratégia actual consiste em propor aos Estados maior número de candidaturas de bens naturais, com o objectivo de equilibrar as classificações existentes, entre bens naturais e bens culturais. Esta estratégia da UNESCO tem consistido no apelo aos Estados no sentido de os sensibilizar para a importância do património natural, procurando reduzir o número de candidaturas apresentadas para certificação de bens culturais.

Dada a projecção que estas cidades alcançam com uma classificação deste género, podemos referir que, no final do século XX, o património identifica-se como «emblemático» de grande prestígio na concorrência entre cidades, porque "...o património tornou-se um recurso não negligenciável nos projectos de regeneração económica e cultural das cidades, nomeadamente no domínio da captação de uma das indústrias mais globalizadas deste final

de século (o turismo cultural e patrimonial) e no domínio da criação de uma cultura urbana capaz de reforçar a atractividade das cidades” (Page, 1995: 118; citado por Fortuna e Peixoto, 1997: 222). Se analisarmos os dados da Organização Mundial do Turismo verificamos que o turismo internacional tem aumentado.

	1990	1995	1998	1999	2000	TOTAL
Europa	282.7	323.4	373.7	380.2	403.3	1763.3
América do Norte	71.7	80.5	84.6	87.0	92.0	415.8
América do Sul, Central e Caraíbas	21.1	28.4	34.9	35.2	37.0	156.6
África e Médio Oriente	24.1	32.5	39.9	44.6	36.9	178
Ásia e Pacífico	57.9	85.6	93.2	103.4	118.3	458.4

Quadro n.º2: Turismo Internacional em milhões  
 Fonte: Organização Mundial do Turismo - 2003

De acordo com Paulo Peixoto, se associarmos estes dados do turismo internacional às Cidades Património Mundial, somos levados a concluir que “...o estatuto de cidade património mundial se tornou alvo de perseguição estratégica das regiões onde se localizam os principais destinos do turismo histórico e patrimonial. A mudança da identidade simbólica provocada pela obtenção deste estatuto não pode deixar de ser vista como uma bandeira que é agitada para funcionar como imagem de marca de lugares que procuram tornar-se mais competitivos, sobretudo em termos da captação dos fluxos do turismo histórico e patrimonial” (Peixoto: 2001: 173).

Se procurarmos apresentar uma análise mais sistematizada e pormenorizada sobre a relação existente entre o número de classificações

obtidas, sobretudo onde a sua concentração é maior no mapa mundial, verificamos que é no contexto europeu que as classificações Património Mundial se concentram, e se a esta ideia lhe acrescentarmos o facto de a Europa também se apresentar como destino turístico mais apetecível, reforçamos a sua posição estratégica. Para além disso, verificamos, também, algumas particularidades que ilustramos através do quadro abaixo indicado.

Países	N.º de bens inscritos na lista	Posição na lista de património	N.º de turistas em milhões em	Posição como destino
França	27	3º	75.500	1º
Itália	35	2º	41.182	4º
Espanha	36	1º	48.201	3º
Alemanha	26	4º	18.983	8º
Reino Unido	24	5º	25.191	6º
México	22	7º	20.643	7º
EEUA	18	8º	50.891	2º
Índia	23	6º		
China	17	9º	31.229	5º

**Quadro n.º3:** Posição dos países com maior n.º de classificações Património Mundial e Ordenação dos países na hierarquia dos destinos mais procurados no turismo internacional

Fonte: OCPM e OMT - 2003

Há, de facto, uma relação de proximidade em relação à posição que os países com bens inscritos na lista Património Mundial ocupam e a sua posição enquanto destino turístico, o que nos permite considerar as classificações Património Mundial como “motor” de referência simbólica de distinção identitária e “...é também em nome do estatuto de património mundial que o património se torna um «móvil» com que, sobretudo, as elites e os grupos locais organizados pressionam o poder local para a mudança



do *status quo*” (*idem*, 177).

Em Portugal, o processo de classificação património mundial iniciou-se na década de 80, concretamente em 1983 com o Centro Histórico de Angra do Heroísmo, com o Mosteiro da Batalha, com o Convento de Cristo em Tomar, com o Mosteiro dos Jerónimos e Torre de Belém, em 1986 com o Centro Histórico de Évora, e em 1989 com o Mosteiro de Alcobaça. Nos anos 90, classificaram-se com este título, a paisagem cultural de Sintra, em 1995, o Centro Histórico do Porto, em 1996, o Parque Arqueológico do Vale do Côa, em 1998, a Floresta de Laurisilva da Madeira, em 1999. O Centro Histórico de Guimarães e o Alto Douro Vinhateiro, foram classificados em 2001. As classificações em que nos centrámos reside, fundamentalmente, na análise dos casos das classificações dos Centros Históricos Património Mundial. Em relação aos Centros Históricos Portugueses classificados Património Mundial, uma das problemáticas que mais os afecta reside na crescente desertificação destes espaços, sendo, também, difícil concentrar uma população residente com níveis de instrução superior. A habitação que caracteriza os Centros Históricos, em Portugal, exemplifica a falta de condições de habitabilidade, que ainda é bem notória nesses aglomerados.

Constatamos que o facto de uma cidade obter uma classificação deste género não é razão suficiente para resolver os problemas sociais aí existentes. De uma maneira geral as intervenções são complexas não só pela falta de integração de políticas estatais, como ainda pela forte resistência à mudança das populações que residem nestes espaços, como também devido à dificuldade que os proprietários sentem em melhorar as suas habitações, nos casos em que as rendas são muito baixas, situação que bem caracteriza

o panorama português.

A ideia de uma classificação Património Mundial partiu, nos quatro casos, das autarquias locais, os principais actores na preparação da candidatura que o Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal aceitou e endereçou à UNESCO. Este organismo internacional avalia a possibilidade desse bem cultural poder ser classificado como Património Mundial. Portanto, a UNESCO certifica e exige que a conservação do edificado se mantenha, caso contrário a certificação Património Mundial pode ser retirada.

Os principais ganhos que as cidades alcançam com uma certificação como é a do Património Mundial associam-se à maior notoriedade a nível internacional, que se traduz no aumento de receitas destas cidades, enquanto destino turístico. Para além dos benefícios que estas cidades conseguem obter através do turismo, também há uma valorização simbólica da cidade e uma exigência formal da UNESCO no sentido de que a preservação do património seja assegurada. Esta obrigatoriedade permitiu, de certa forma, consciencializar os municípios de que era essencial elaborar planos de salvaguarda do património, planos de pormenor de intervenção nos Centros Históricos, conseguindo intervir nestes espaços com disciplina, conciliando as necessidades de intervenção dos Centros Históricos com o espaço envolvente.

Com esta reflexão consideramos interessante, ainda que de forma concisa, apresentar uma análise SWOT, identificando as forças, fraquezas, oportunidades e ameaças, em relação aos quatro casos analisados, ou seja, referimo-nos aos centros históricos com o título de Património Mundial da Humanidade.

Forças	Fraquezas	Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reforço da identidade local</li> <li>- Promoção cultural das cidades</li> <li>- Incentivo à aplicação de políticas de reabilitação</li> <li>-(Re)qualificação dos espaços (centro histórico e envolvente)</li> <li>- Sensibilização para transformar os centros históricos em espaços vivos, procurando atrair população residente jovem</li> <li>- Cidades com atracção turística.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desertificação dos centros históricos</li> <li>- Envelhecimento da população residente</li> <li>- Residentes no centro histórico com níveis de instrução baixos</li> <li>- Habitação sem infra-estruturas adequadas</li> <li>- Falta de integração de políticas estatais</li> <li>- Ineficácia dos apoios públicos e insuficiente implementação de projectos numa lógica de <i>empowerment</i>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Populações a médio/longo prazo poderão valorizar viver no centro histórico</li> <li>- Consolidação da imagem patrimonialista das cidades</li> <li>- Valorização das especificidades locais</li> <li>- Consciencialização da sociedade civil para a preservação do património</li> <li>- Competitividade entre cidades gera recursos estratégicos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Transformação dos centros históricos em <i>ghetos</i></li> <li>- Dificuldade de intervenção em espaços com populações carenciadas</li> <li>- Continuidade de rendas baixas prejudica intervenção do edificado</li> <li>- Poder político com dificuldade de projectar os centros históricos com uma imagem moderna.</li> </ul>

Quadro n.º4: Análise SWOT

## Conclusão

A primeira conclusão está associada à relação existente entre o processo de globalização e o processo de Classificação dos Centros Históricos Património Mundial, com implicações positivas, ao nível da crescente consciencialização para a problemática de preservação do património. A consciencialização promoveu estas classificações, que também representam um «benefício cultural» para as cidades, contribuindo para o seu enobrecimento, fixando aí recursos estratégicos para o seu desenvolvimento local, e procurando transformar os centros históricos como espaços cada vez menos anquilosados.

Como segunda conclusão consideramos essencial referir que estas classificações permitem perceber que “...os vestígios são instrumentos enigmáticos através dos quais as narrativas históricas configuram o tempo e, ao mesmo tempo, as consciências colectivas traços permanentes de união entre o passado e o futuro” (Pais, 1999: 3). Os vestígios, nesta perspectiva, reforçam a importância do património na construção da identidade formada na base de uma consciência histórica que, ao longo dos anos, tem reforçado a relevância do património, presente na cultura de cada país. Defendemos uma política patrimonial estruturada através de um processo de acção cultural existente em cada país, tendo em conta, logicamente, que a evolução permitiu o alargamento do campo patrimonial, “...pela mudança dos métodos de protecção, pela revalorização do seu estatuto simbólico. (...) O património renova o seu interesse como instrumento de afirmação de uma identidade ameaçada” (Pinto, 1996: 214).

Na terceira conclusão apresentamos a ideia de defesa do património como uma acção essencial, numa fase de hibridismo. Dada a complexidade desta acção é necessária a intervenção de vários actores, agentes e protagonistas.

Como última conclusão destacamos a importância da acção cultural na defesa do património considerando-a um projecto cultural, uma forma de adoração, culto, orgulho de épocas, pessoas, espaços e identidades.

## Referências Bibliográficas

- ARGAN, Guilio Carlo (1995). *A História de Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- AYMONINO, Carlo (1984). *O Significado das Cidades*. Lisboa: Editorial Presença.
- BARBALET, J. M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CHOAY, François (1999). *A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70.
- COSTA, António Firmino (1999). *Sociedade de Bairro*. Oeiras: Celta Editora.
- ESPERANÇA, Eduardo Jorge (1997). *Património, Comunicação, Políticas e Práticas Culturais*. Lisboa: Edições Veja.
- FLORES, Joaquim António de Moura (1998). “Património: Do Monumento ao Território”. *Urbanidade e Património*. Lisboa: IGAPHE, pp. 14-23.
- FORTUNA, Carlos (1995). *Os Centros Históricos das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*. Coimbra: Oficina dos CES, n.º 62.
- FORTUNA, Carlos; PEIXOTO Paulo (1997). “A reconversão simbólico-funcional dos centros históricos: o caso de Évora”, em Actas do IV Encontro Nacional de Municípios com Centro Histórico. *Regionalização e Identidades Locais: a Preservação e Reabilitação dos Centros Históricos*. Lisboa: Edições Cosmo, pp. 219-234.
- FRANÇA, José-Augusto (1996). “O património cultural – sentido e evolução”, em Jorge Miranda, João Martins Claro e Marta Tavares de Almeida. *Direito do Património Cultural*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração, pp. 23-42.
- MEIRELES, Maria João Lopes Dias, (2001). *A Reabilitação como Processo*

de Desenvolvimento Local. *Dissertação de Mestrado em Arquitectura e Núcleos Urbanos*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, policopiado.

PAIS, José Machado (1999). *Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens num Contexto Europeu*. Oeiras: Celta Editora.

PEIXOTO, Paulo (2001). “As cidades e os processos de patrimonialização – A corrida ao estatuto de património mundial e a identidade simbólica das cidades”. *Cidades e Metrópoles – Centralidades e Marginalidades*. Oeiras: Celta Editora, pp. 171-179.

PINTO, Eduardo Vera-Cruz (1996). “Contributos para uma perspectiva histórica do direito do património cultural em Portugal”, em Jorge Miranda, João Martins Claro e Marta Tavares de Almeida. *Direito do Património Cultural*. Lisboa: Instituto Nacional de Administração, pp. 205-251.

REIS, Manuela (1999). “Cidadania e Património – Notas de uma Pesquisa Sociológica”. *Sociologia – Problemas e Práticas*, pp. 77-93.

SILVA, Augusto Santos (1995). “Políticas culturais municipais e animação do espaço urbano: uma análise de seis cidades portuguesas”, em Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Cultura e Economia*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 252-270.

XAVIER, Beatriz (1999). “Cidades, geminações e globalização: A força dos pequenos laços”. *Dissertação de Mestrado em Sociologia*, Coimbra: Faculdade de Economia, policopiado.